

Sumário

Apresentação	15
--------------------	----

Editorial	17
-----------------	----

DOCTRINA

ARTIGOS

A autocomposição de conflitos na Câmara de Conciliação e arbitragem da Administração Federal: estudo do caso – UNIFESP x União

Boni de Moraes Soares, Bruno Lopes Megna, Elisa Berton Eidt, Rafael Calheiros Bertão..... 21

1	Introdução.....	22
2	Marco teórico-normativo	24
2.1	Autocomposição na Administração Pública, “Câmaras de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos” e Advocacia Pública	24
2.2	A “Câmara de Conciliação da Administração Federal” – CCAF como paradigma de câmara de autocomposição de conflitos entre entes públicos.....	30
3	Estudo de caso: o caso REHUF-UNIFESP.....	33
3.1	Descrição do caso	33
3.1.1	A origem da controvérsia.....	33
3.1.2	O pedido de autocomposição.....	34
3.1.3	O procedimento de conciliação na CCAF: duas etapas	34
3.1.4	A atuação do Ministério Público Federal: controvérsia judicializada	36
3.2	Teste da hipótese: análise documental e entrevistas.....	37
3.2.1	1ª Característica: a natureza pública da CCAF	37
3.2.2	2ª característica: a qualificação do conciliador	38
3.2.3	3ª característica: a vedação à judicialização e a possibilidade de arbitramento.....	40
4	Conclusões	41
	Referências.....	43
	Anexo – perguntas das entrevistas.....	44

O afeto nos métodos de solução de controvérsias

Celia Caiuby, Andrea Maia 45

	Introdução.....	46
1	Abordagem filosófica do afeto.....	46
2	Evolução organizacional da humanidade: crenças e imaginação	49
3	A ciência por trás da tomada de decisão	50
4	Doutrina dos afetos	51
5	Relação do afeto com os métodos de solução de controvérsias	52
6	Considerações finais: o meio adequado a resolução de determinado conflito será o mais eficiente	54
	Referências.....	55

Mediação de conflitos no Brasil: atividade ou profissão?

Dora Rocha Awad	57	
1	Introdução.....	57
2	Formação e capacitação dos mediadores	58
3	Participação dos advogados	60
4	Remuneração do mediador.....	61
5	O mediador privado.....	62
6	Reconhecimento legal da mediação como profissão	63
7	Consequências da profissionalização da mediação.....	63
8	Considerações finais	64
	Referências.....	65

Importância, funcionalidades e relação das cláusulas escalonadas na mediação e arbitragem

Luciana Severo	67	
1	Introdução.....	67
2	O tribunal multiportas e suas estruturas.....	69
2.1	Mediação x conciliação	70
2.2	Arbitragem	71
3	Importância das ADRs (<i>Alternative Dispute Resolution</i>).....	71
4	Funcionalidade das cláusulas escalonadas.....	74
5	Habilidades do mediador e sua importância para o árbitro como “ <i>peacemaker</i> ”	77
6	Conclusão.....	79
	Referências.....	81

A cláusula escalonada nos contratos de afretamento e nas *charter-parties*

Marcella Paiva, Marcelo Guimarães, Sérgio Gustavo de Mattos Pauseiro	83	
1	Introdução.....	84
2	Contratos de afretamento marítimos e as carta-partidas	85
3	Taxonomia dos conflitos marítimos	88
4	Cláusula compromissória nos contratos de partida internacionais	90
4.1	Experiência internacional	90
5	Mediação nos contratos marítimos	93
6	Cláusula escalonada nos contratos de afretamento	95
6.1	Cláusula escalonada.....	95
6.2	Cláusula escalonada, <i>charter parties</i> e contratos de afretamento	95
7	Conclusão.....	99
	Referências.....	100

Multi-door Mediation: Processo Composto de Resolução de Conflitos

Maria de Nazareth Serpa	103	
1	Introdução.....	103
2	Retrospectiva	104
3	O que é <i>Principled Mediation</i>	110
4	<i>Multi-door mediation</i>	114
5	Por que processos acessórios?	117
6	Por que manter a mediação como processo principal e não passar para outros?	118
7	Processos qualificados para compor um processo de mediação.....	122
8	Vantagens e desvantagens.....	129
9	Considerações finais	130
	Referências.....	131

Viktor Frankl and the Art of Mediation

Maria Luisa Mansur	133
1 Introduction.....	133
2 The Art of Navigating Suffering through Positive Psychology	134
3 The Art of Empowerment through Party Self-Determination	138
4 Interviewing Judge Daniel Weinstein	140
5 Final Considerations	142
References	143

Dos Congressos Ibero-Americanos de Mediação Policial

Patrícia Pacheco Rodrigues, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug Marques	145
Introdução.....	145
1 Do I Congresso Ibero-Americano de Mediação Policial.....	149
2 Do II Congresso Ibero-Americano de Mediação Policial.....	157
3 Do III Congresso Ibero-Americano de Mediação Policial.....	169
Considerações finais	176
Referências.....	178

A Convenção de Cingapura e seus benefícios para o Brasil

Paul Eric Mason	181
1 O que a Convenção faz e não faz	182
2 Mediação definida pela Convenção	182
3 Âmbito de aplicação da Convenção de Cingapura	184
4 Benefícios para o Brasil de assinar e ratificar a Convenção de Cingapura.....	184
5 Entrada em vigor da Convenção	187
6 Defesas à aplicação da Convenção	188
7 Mais fácil de implementar do que a Convenção de Arbitragem de <i>New York</i>	189
8 Reservas limitadas disponíveis na Convenção.....	190
9 Alguns desafios com a Convenção de Cingapura	190
10 Conclusão.....	191
Referências.....	193

Arbitragem: limitação temporal para início do procedimento arbitral – Discussão sobre o instituto, natureza jurídica e possíveis consequências para o esgotamento do prazo

Pedro Henrique Bandeira Sousa	195
1 Introdução.....	195
2 Flexibilidade do procedimento arbitral.....	197
3 Natureza jurídica do limite temporal	199
4 Inserção do limite temporal	203
4.1 Pelas partes através da convenção de arbitragem	203
4.2 Pelo órgão arbitral institucional através de regulamento.....	206
5 Do esgotamento do prazo do limite temporal	208
5.1 Questão de admissibilidade ou jurisdição?	208
5.2 Possíveis consequências do esgotamento do limite temporal.....	211
5.2.1 Prosseguir com a arbitragem	212
5.2.2 Apresentar recurso à outra Instituição	214
5.2.3 Ajuizamento de ação anulatória	215
5.2.4 Ajuizamento da ação do art. 7º da Lei de Arbitragem	219
5.2.5 Inafastabilidade do Poder Judiciário	219
6 Considerações finais	220
Referências.....	222

“Better safe than sorry” – A company executing independent contracts with a common commercial nexus should rather provide for matching arbitration clauses than rely on the “group of contracts” doctrine

Piotr S. Wójtowicz	225
A short tale of three “group of contracts” patterns and cases	225
The benefit of the “group of contracts” doctrine for related contracts	228

Aspectos controversos da arbitrabilidade objetiva nos contratos de concessão de petróleo e gás natural

Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Lucas Carvalho de Souza	233	
1	Introdução.....	234
2	A arbitragem envolvendo a Administração Pública.....	234
3	O emprego da cláusula arbitral nos contratos de concessão de O&G	238
4	Arbitrabilidade objetiva: críticas aos impedimentos à atuação do juízo arbitral normalmente apresentados pela ANP	244
4.1	O caso Newfield	245
4.2	O caso Petrobras.....	247
4.3	Direitos disponíveis: da interpretação restritiva à extensiva.....	249
4.4	Um novo caminho para a efetiva adoção da arbitragem como meio alternativo de resolução de conflitos entre ANP e concessionário	251
5	Considerações finais	252
	Referências.....	253

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	255
----------------------------------	-----